



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 9:30 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, de forma online, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP- PREVCOM. Participaram os Conselheiros Cauê Caseiro Macris, Presidente do Conselho, César Silva, Demétrius Queiroz do Rego Barros, João Octaviano Machado Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, titulares, Elaine Versignasi dos Santos, Márcio Cury Abumussi, Luiz Antônio Tozi e Tiago José Kich Temperani, suplentes. Pela Diretoria Executiva, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Patrícia Sales de Oliveira Costa, Karina Damião Hirano e Francislene Nascimento, Diretoras, Paulo Roberto da Rosa, Sandra Regina Bidin Pavan Firmiano e Roberto Pitaguari Germanos, assessores. Dando início aos trabalhos o Presidente submeteu à apreciação a minuta da ata da 127ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade. Em continuidade, passou a palavra ao sr. Júlio, representante da Consultoria PRP para apresentação da proposta orçamentária para 2023. O Diretor-presidente, solicitando a palavra, informou que a proposta original foi elaborada pela Diretoria Executiva em conjunto com a Consultoria PRP e apresentada e discutida com os relatores. O Conselheiro Mauro Ricardo, fazendo referência à reunião do Colegiado do mês de setembro, citou a sua designação e do Conselheiro José Dutra para compor, como relatores a comissão responsável para apreciação da proposta orçamentária para 2023. Comentou que foram realizadas 2 reuniões, onde a relatoria, com a participação do Conselheiro Demétrius, solicitou diversos ajustes na proposta inicial elaborada pela Fundação. Concluído o processo, entende que a nova versão da proposta ajustada poderá ser apreciada pelo colegiado, cabendo ainda algumas observações a serem feitas durante a sua apresentação. Parabenizou a equipe da Fundação pela agilidade na condução e conclusão do processo. Concluiu dizendo que em sua última análise à proposta, solicitou alguns ajustes com relação aos projetos para 2023, que fossem apresentados de forma separada à proposta orçamentária. Esses projetos devem ser



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

apresentados pela Fundação e submetidos à apreciação do colegiado, oportunamente. O Conselheiro Demétrius observou que a proposta demonstra robustez, destacando as receitas financeiras previstas para 2023. Comentou que na primeira reunião foi analisada a possibilidade de redução da taxa de administração para 0,9%, posição revista na segunda reunião, tendo em vista que na previsão inicial das receitas, havia sido considerado a possibilidade de reajuste salarial ao funcionalismo, matéria sem previsão de negociação por parte do Governo. Dessa forma, foi refeita a previsão das receitas, permanecendo a taxa de administração em 1,0%, algo que ainda necessita ser ajustada no próximo ano, para fins de enquadramento do limite em até 9% exigido pela PREVIC. Por fim, observou o aumento nas despesas referente aos serviços jurídicos, matéria que deverá ser detalhada e justificada pela Fundação. Em continuidade, a Presidência passou a palavra ao Sr. Júlio que iniciou sua apresentação, colocando-se à disposição para esclarecimentos de dúvidas. Iniciou detalhando a estrutura contábil das EFPC, destacando os três resultados dentro do segmento, sendo a gestão previdencial, a gestão administrativa e os Investimentos. Enumerou os 8 planos e o PGA. Disse que o orçamento está bastante conservador com as premissas reais adotadas a partir de 2023. A título de conhecimento, lembrou que a partir de janeiro, por regulamentação da Receita Federal e PREVIC, todos os planos terão um CNPJ próprio. Iniciando sua apresentação apresentou os indicadores, atualizados até 07.10.22, assim como a definição dos conceitos a serem utilizados na exposição. Fez a abertura da projeção de participantes pagantes por planos, com base na média ocorrida em 2022, manteve a receita previdenciária de 2022, considerando apenas uma pequena variação de 1,80% pelo ingresso de novos participantes e um acréscimo de novos benefícios, representando 3,84% no resultado orçamentário. Na parte administrativa, para o exercício 2023, o orçado 2023, comparativamente a 2022, teve um acréscimo de 23,10% e do orçado 2023, para o estimado em 2022, um acréscimo de 10,99%. As receitas administrativas, descontadas as antecipações de contribuições de



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

patrocinadoras, orçadas para 2023, representam acréscimo de 11,59%. Com referência as despesas, iniciou fazendo a abertura de pessoal e encargos, treinamentos e viagens, que apresentam um acréscimo de 8,99% comparativamente a 2022, em função das despesas pelo ingresso de 10 novos colaboradores. Quanto aos serviços de terceiros, destacou os atuariais, jurídicos, de tecnologia da informação, de gestão e planejamento estratégico, de auditoria contábil, de serviços e consultoria de investimentos e despesas gerais. Quanto aos serviços jurídicos que totalizam R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), destacou uma demanda no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de 2022 não realizada, aditamento sobre jurídico previdencial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e aumento de contrato judicial previdencial de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais). Na tecnologia de informação no montante de R\$ 3.802.000,00 (três milhões oitocentos e dois mil reais), está previsto a transformação da Prevcom em uma entidade digital. Ainda, alguns sistemas em uso atualmente serão substituídos, como por exemplo, o sistema de gestão previdenciária, da área de seguridade, assim como LGPD, Segurança da Informação, o novo sistema previdencial, e por fim, a locação de 10 notebooks para os novos colaboradores. Dentro das despesas gerais, uma redução de 7,34%. Destacou as despesas com Marketing Digital no valor de R\$ 359.000,00 (trezentos e cinquenta e nove mil reais), encargos diversos de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), sendo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) de depósitos judiciais e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) TAFIC. O Conselheiro Mauro Ricardo solicitou esclarecimentos sobre as despesas com depósitos judiciais. O sr. Roberto Germanos informou tratar-se de custos judiciais de PIS e COFINS e de depósitos judiciais obrigatórios em processos onde a Fundação figura como coobrigada. A respeito do projeto de marketing digital, a Diretora Patrícia respondeu tratar-se de contratação de uma empresa que fará todo o marketing hoje realizado pela equipe de colaboradores. Ficará responsável pelo desenvolvimento do conteúdo para publicação nas mídias e nas redes sociais, como também a inserção



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

e o engajamento, aumentando o acesso e visibilidade da PREVCOM no meio digital. O Objetivo é conseguir uma inserção maior entre os servidores. Complementou dizendo que a pesquisa de satisfação tem mostrado que, apesar de todas as ações de prospecções desenvolvidas pela Fundação, se utilizando de marketing e demais ferramentas disponibilizadas pelo Governo como Intranet e Notes, ainda existe uma massa significativa que desconhece ou não teve acesso a Prevcom. O Conselheiro Mauro Ricardo entende que a Fundação pode ter acesso a todos os e-mails dos servidores e ainda utilizar dos canais diretos existentes, sem necessidade de contratar uma empresa terceirizada. O Conselheiro José Dutra manifestou-se no sentido de que a Fundação deve negociar o valor, através de processo de concorrência, mas entende que a contratação de empresa terceirizada é uma prática legítima e necessária, considerando que a Fundação não tem disponibilidade de mão de obra para tanto. Lembrou da importância de a Fundação fixar seu nome junto aos potenciais servidores, visando buscar novas adesões e incentivando aplicações voluntárias. Retomando a palavra o Conselheiro Mauro Ricardo recomendou que a Fundação analise se de fato, a proposta de contratação de empresa é o meio mais adequado de se fazer captação de potenciais novos entes e servidores. Seguindo o sr. Júlio passou a demonstrar as despesas da gestão administrativa, que comparativamente ao orçado e realizado em 2022, para 2023 apresenta um acréscimo de 17,23%. Em continuidade, apresentou o PGA consolidado que totaliza um fundo administrativo final de R\$ 43.987.654,67 (quarenta e três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) um total de receitas no valor de R\$ 46.119.967,73 (quarenta e seis milhões, cento e dezenove mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos) e um total de despesas no valor de R\$ 40.163.118,30 (quarenta milhões, cento e sessenta e três mil, cento e dezoito reais e trinta centavos). Finalizou dizendo que a proposta do orçamento para 2023 é manter os parâmetros financeiros de 2022 com o objetivo de rentabilidade de IPCA+4%, uma taxa de carregamento de 0% para



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

os planos RG, RP e RG UNIS, 5% para o plano SP Previdência, 3% para o Plano PREVCOM PARÁ e 4% para os demais planos. Ainda, uma taxa de administração de 1% com proposta de estudo de redução para 0,90%, levando-se em conta o impacto da mudança de liquidez de resgate. Finalizou apresentando, separadamente, os projetos para 2023, que a Fundação pretende submeter ao Conselho de Administração para análise da viabilidade de implementação. O Conselheiro Demétrius, considerando a receita operacional prevista para 2023, portanto sem afetar as receitas financeiras, entende ser importante inserir no orçamento para o ano de 2023, o projeto de concessão de plano de saúde para os colaboradores da Fundação. A presidência do Conselho manifestou-se no sentido de que tanto a proposta do orçamento quanto de projetos para 2023, sejam apreciados e votados na próxima reunião. Assim, recomendou ao colegiado que, em caso de dúvidas, solicitem documentos e informações complementares a Fundação. Agradeceu aos relatores Mauro Ricardo, José Dutra e Demétrius, pela valiosa contribuição quando em reuniões específicas, discutiram, analisaram e recomendaram ajustes nas propostas aqui apresentadas. Finalizando, o Conselheiro Mauro Ricardo entende que os projetos apresentados são apenas um informativo por parte da Fundação, por tanto não deverão ser inseridos na proposta orçamentária e que a Fundação deverá apresenta-los, oportunamente para apreciação do colegiado e manifestação do Governo. Dessa forma, como relator do processo, está confortável com as informações prestadas, considerando que a proposta está apta a ser submetida ao colegiado. Solicitando a palavra, o Diretor-presidente lembrou que, conforme exigência dos órgãos do estado, responsáveis pela aprovação de projetos, é obrigatório que o mesmo conste do Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo. Solicitando novamente a palavra, o conselheiro José Dutra reforçou a solicitação de que o projeto sobre contratação de Plano de Saúde para os colaboradores da Fundação, seja pautado para discussão na próxima reunião. Dando sequência aos itens da pauta, o Presidente do Conselho passou a palavra ao sr.



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Flávio Bacellar, representante da Consultoria PPS, que iniciou apresentando a Política de Investimentos com os ajustes pautados pela nova Resolução nº 4.994 de 24.03.2022 e as adaptações baseadas no estudo de ALM, destacando: i) A vigência passa a ser a partir de outubro de 2022, com um horizonte de 5 anos, devendo ser submetido a revisões anuais ou sempre que necessário, com o intuito de propiciar as condições de segurança, rentabilidade solvência, liquidez e transparência dos investimentos, por conta de mudanças na conjuntura econômica vigente ou por obrigação legal; ii) O quadro de projeções econômicas passou a ser atualizado considerado no cenário FOCUS de 08.07.2022; iii) A alocação alvo e os limites de aplicação por segmento e classe de ativo da legislação e do plano foram atualizados e fazem referência aos artigos da Resolução nº 4.994; iv) Os investimentos deverão ser alocados entre os segmentos de aplicação estabelecidos na Resolução nº 4.994; v) O risco legal da operação é avaliado individualmente quando da análise prévia dos investimentos e, a partir da aplicação, de eventos relevantes a eles relacionados. Finalizada a apresentação e após as manifestações e esclarecimentos, o Sr. Presidente submeteu ao Colegiado a proposta de atualização da Política de Investimentos vigente, com validade a partir de outubro de 2022, assim como a aprovação nos mesmos termos, da Política de Investimentos, com validade para 2023, aprovadas por unanimidade. Dando sequência aos itens da pauta, passou a palavra ao Sr. Ednilson para apresentação da Política de Auditoria Interna e Plano de Auditoria Interna 2022/2023. Solicitando a palavra, o Diretor-presidente informou ao colegiado que o Auditor Interno responde diretamente ao Conselho Deliberativo. O Comitê de Auditoria COAUD pode emitir sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelo Auditor Interno, sem, entretanto, interferir. Dando continuidade o sr. Ednilson passou a comentar sobre a Política de Auditoria dizendo que a mesma foi elaborada se utilizando de algumas referências como as orientações do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, Políticas e Normativos do setor de outras Entidades, das Resoluções CGPC nº 13 e CNPC nº 44. Ratificou que a subordinação interna é ao



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Conselho Deliberativo, razão pela qual, tanto a Política de Auditoria Interna quanto o Plano de Auditoria Interna devem ser submetidos a aprovação do Conselho Deliberativo. No detalhamento dos objetivos da Política, citou: i) a caracterização da função da Auditoria Interna; ii) definição da responsabilidade de sua atuação; iii) estabelecer a autoridade, independência e a objetividade da função; iv) definir as regras para a execução das atividades dos profissionais envolvidos na gestão, coordenação ou execução dos trabalhos e, v) estabelecer a comunicação dos resultados de auditoria interna e acompanhamento dos planos de ação. O Conteúdo da Política da auditoria interna da Previcom, são o objetivo, missão e propósito, definições, abrangência e aplicação, diretrizes, responsabilidades, programa de qualidade e vedações. Quanto a competência do Conselho Deliberativo destacou a deliberação sobre o plano de auditoria interna (PAINT) após a apreciação da Diretoria Executiva e COAUD, a avaliação dos resultados gerados pela auditoria com foco na adição de valores e melhorias das operações para alcance dos objetivos estratégicos e a revisão da estrutura organizacional e qualificação dos seus integrantes, bem como, anualmente, os resultados alcançados no desenvolvimento de suas funções. Formaliza ainda, as responsabilidades da Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria COAUD, Auditoria Interna e demais órgãos da Fundação. Em continuidade, comentou sobre a opinião do COAUD recomendando a aprovação da Política de Auditoria Interna pelo Conselho Deliberativo da Fundação, tendo em vista a proposta estar alinhada com as melhores práticas do mercado, com o Guia de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria para EFPC editado pela PREVIC, com as melhores práticas do segmento de Previdência Complementar Fechado e com as normas internacionais para o exercício da profissão, previstas pelo Instituto de Auditores Internos. O Conselheiro Demétrius solicitou a manifestação da Diretoria Executiva sobre o material. O Diretor-Presidente comentou que o material foi discutido exaustivamente, inclusive com a participação do COAUD. Em função da ausência temporária da Presidência do Conselho, o Conselheiro Mauro Ricardo, assumindo a



LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

presidência, submeteu ao colegiado a proposta de Política de Auditoria Interna, tendo sido considerada por todos, apta à sua aprovação. Reassumindo, o Sr. Presidente submeteu ao colegiado a proposta de Política de Auditoria Interna, aprovada por unanimidade. Seguindo, o sr. Edenilson passou a apresentação do Plano de Auditoria Interna passando a descrever os critérios utilizados para a priorização e seu estabelecimento, citando o risco original, a relevância do processo e a criticidade. Apresentou o Plano de Auditoria, destacando a priorização, ordem de realização, processo, área, diretoria, início e conclusão. Salientou que o início dos trabalhos na Diretoria de Investimentos foi remanejado em função da implementação de mudanças estruturais nesta Diretoria. Para a realização dos trabalhos foi adotado também o critério de revezamento das Diretorias, com o objetivo de não sobrecarregar com o excesso das demandas da Auditoria Interna. Finalizada a apresentação, o sr. Presidente submeteu a proposta ao colegiado, aprovada por unanimidade. Fica o registro de que a manifestação favorável do COAUD após formalizada, deverá ser integrada como anexo da presente ata. Em sequência, para apresentação das informações relevantes da Diretoria Executiva, o Diretor-presidente comentou que, em função da antecipação da data da reunião, não foi possível a atualização dos dados. Passou a palavra a Diretora Francislene que iniciou comentando que a captação no mês foi de R\$ 24 milhões e o patrimônio em R\$ 2.469 bilhões. Demonstrou a alocação do patrimônio por planos, posição setembro/22, onde os planos RG, RG UNIS e RP concentram 98,88%. A alocação do patrimônio por fundos apresenta 71,46% em renda fixa, 2,51% em imobiliário, 7,03% em ações domésticas, 4,15% em ações no exterior. Nos fundos estruturados, multimercado 9,93% e nos FPI 4,86%. O retorno acumulado no mês foi de 0,32% para um alvo de 0,04%. No acumulado do ano a carteira rendeu 6,58% para um alvo de 7,20%. A rentabilidade do ano, comparada aos índices, apresenta a carteira com 6,58%, o IPCA+4% de 7,20%, o CDI de 8,91%, IPCA de 4,09% e a poupança de 5,76%. A carteira desde o início, apresenta uma rentabilidade de 174,63% acima do alvo de



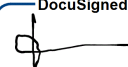
LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

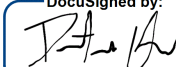
ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

170,97%. Finalizou apresentando o retorno dos fundos nos últimos 12 meses. Esgotados os assuntos o sr. Presidente solicitou à Fundação que a pauta e materiais a serem discutidos nas reuniões sejam encaminhados ao colegiado com maior antecedência. Não havendo manifestações, agradeceu a participação de todos, encerrou a reunião, e eu, Cesar Gnoatto, secretário, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos membros titulares presentes.

DocuSigned by:

 999ED7DF8DE4491
Cauê Caseiro Macris
 Presidente

DocuSigned by:

 2D0AAC58DB3E43D...
César Silva
 Conselheiro

DocuSigned by:

 A159A952CC304A6...
Demétrius Queiroz do Rego Barros
 Conselheiro

DocuSigned by:


 76D93F73F1E9477...
João Octaviano Machado Neto
 Conselheiro

DocuSigned by:

 4DDE9B892F3448C...
José Francisco Dutra da Silva
 Conselheiro

DocuSigned by:

 04B704B93EC34C4...
Mauro Ricardo Machado Costa
 Conselheiro

DocuSigned by:

 145FCC73A8D7425...
Cesar Gnoatto
 Secretário